

A EDUCAÇÃO DA MULHER NEGRA PARA A SUA SAÚDE E DIREITOS: TRABALHO DE EXTENSÃO DESENVOLVIDO NA COMUNIDADE NEGRA DE CAMARÁ/PB

Raphael Cavalcante Paulo

Marília da Silva Santos

Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho

INTODUÇÃO

As ações e ideais sexistas tornam o nosso público feminino vulnerável ao preconceito e atitudes que desvalorizam a mulher. Quando esse sexíssimo é complementado pelo racismo a vítima se torna a mulher negra, pois o racismo constrói um ambiente de total desvantagem e desvalorização da mesma, que muitas vezes acabam sendo privada dos seus direitos e do acesso à saúde, que implica não só na ausência de doença, mas também na sua qualidade de vida.

Desde o Brasil colônia a mulher negra traz consigo um rótulo que infelizmente ainda persiste dentro de um país construído pela diversidade. O ato de negar à mulher negra os seus direitos e priva-la do acesso saúde esteve presente na escravidão e mesmo hoje, a mais de um século da Abolição, mesmo amparada pelos Direitos Humanos e a Constituição Federal, ainda se observa o Brasil como um país no qual a mulher negra ocupa um espaço social em condição vulnerável e de desvantagem quando comparamos com outras mulheres a partir do recorte de sexo e de “raça¹”. Uma das estratégias para mudar essa situação social poderia ser políticas anti-discriminatórias, que visassem a emancipação e a autoafirmação da mulher e não apenas a repressão ao agressor. Uma das alternativas de mudança a valorização e promoção feminina, por meio da promoção de ações afirmativas. Segundo GEMAA (2011), ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

A mulher negra, por sua vez, não é contemplada diretamente por uma política afirmativa, mas compartilha outras políticas na qual ela pode se incluir, como as ações afirmativas através das cotas pela identidade negra ou pela atribuição da Lei 11.340, ou Lei Maria da Penha que é comum para todas as mulheres. No entanto, como será demonstrado nas discursões a seguir, observamos que a mulher negra não está no mesmo contexto social que uma mulher branca, necessitando de ações mais consistentes, que

¹ O termo aqui é adotado a partir da concepção social de raça que nos ajudada a compreender as diferenças socioeconômicas da mulher afro-brasileira.

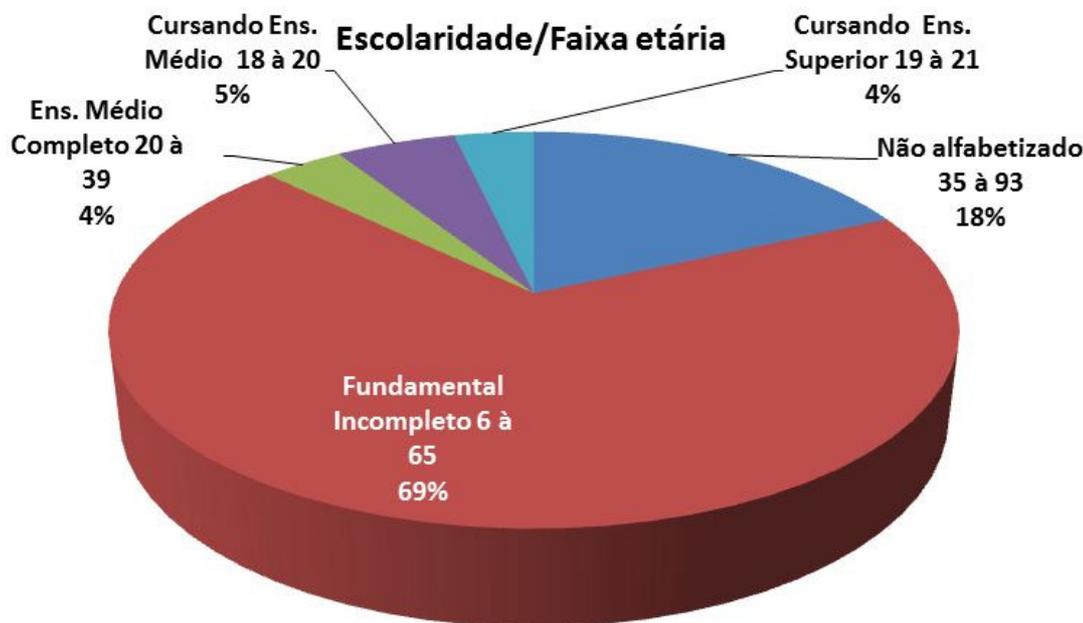
possibilite o acesso à informação, direitos e saúde, pois pode se entender que a mudança na desigualdade social não vem apenas por uma ação do Estado, mas prioritariamente passa pelo reconhecimento do sujeito como peça integrante e modificadora desse contexto social.

Na comunidade quilombola de Camará, no município de Remígio, estado da Paraíba, o trabalho de valorização e informação da mulher negra, no que diz respeito a sua saúde e seus direitos, foram tratados através de cartilhas e oficinas, ministradas por alunos do curso de ciências biológicas da UFPB/CCA.

O objetivo foi informar a mulher negra sobre os seus direitos e as ações necessárias para vivência da sua cidadania. Este trabalho torna-se importante pelo fato de proporcionar às mulheres a compreensão sobre as consequências do racismo e do sexíssimo na sociedade brasileira, favorecendo o reconhecimento de seus direitos e seus valores.

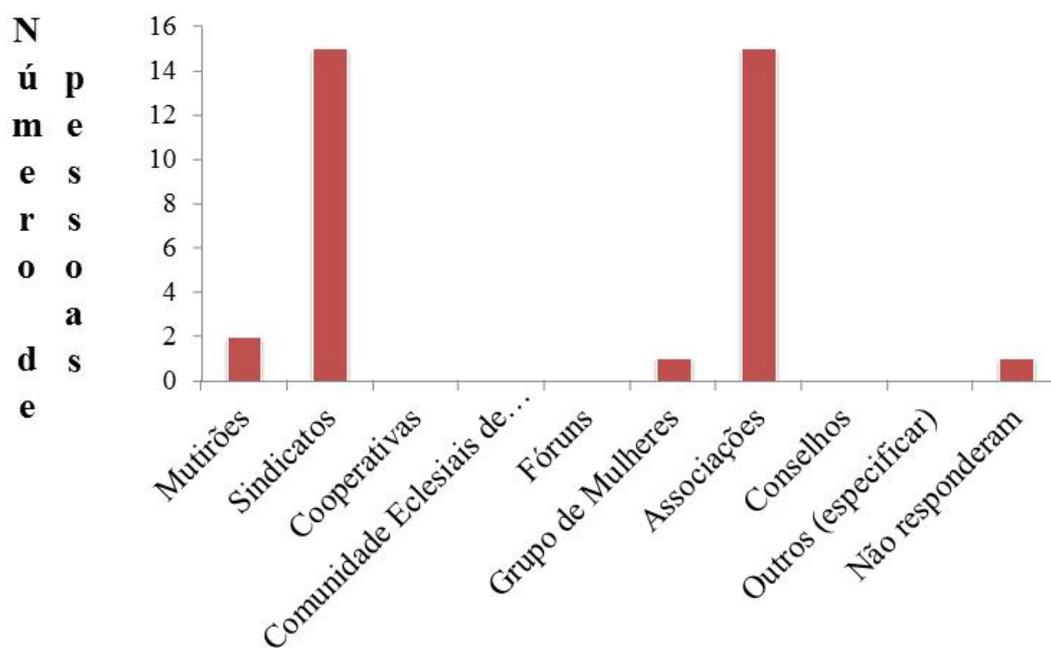
METODOLOGIA

A metodologia consistiu na elaboração e distribuição de cartilhas que compreendiam os temas relacionados com a saúde e direitos da mulher, voltado principalmente para a mulher negra. A cartilha traz na maior parte de seu conteúdo imagens, que representem de forma objetiva o conteúdo discutido. A opção pelo uso de figuras foi a estratégia adotada para para minimizar a barreira da informação, devido ao baixo índice de escolaridade das mulheres adultas da comunidade. A condição de escolaridade encontrada na comunidade é mostrada no gráfico a seguir.



(Daxenberger, 2012)

Outro fator importante para a ação desse trabalho foi o pouco envolvimento das mulheres da comunidades com os grupos de mulheres, no qual elas se reúnem e compartilham informações e saberes entre si, como é mostrado no gráfico abaixo:



(DAXENBERGER, 2012)

Os grupos de mulheres são importantes pois fortalecem as participantes. Os encontros de formação e as reuniões são espaços nos quais elas acesso a informações e a ter conhecimento dos seus direitos. São fundamentais também para fomentar reflexões sobre temas relacionados a saúde e, conseqüentemente, contribuem para o fortalecimento de uma organização que possa reivindicar seus direitos perante a administração pública.

As cartilhas abordaram conteúdos referentes à lei 11.340 ou Lei Maria da Penha, expondo de forma clara o que é, e quais os tipos de violência física e psicológica.

O que é violência?

Falando em mulher, nada mais útil do que mencionar as lutas que nós passamos para se alcançar as conquistas que conseguimos atualmente, a exemplo a Lei Maria da Penha. Existiram várias outras lutas e conquistas, porém iremos focar nesta.

Esta lei nº 11.340 ou lei Maria da Penha tem por objetivo coibir a violência contra a mulher, a qual pode ser física, moral, patrimonial, psicológica e sexual. E violência contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, que pode acontecer tanto em casa ou na rua.

Violência física	Violência psicológica
Tapas	Humilhações
Chutes	Ameaças de agressão
Bofetadas	Privação da Liberdade
Puxões de cabelo	Proibir contato com outros

Você sabia?

A cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil. O Brasil é um dos países que mais sofre com a violência doméstica: 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência.

Pelo menos uma em cada três mulheres ao redor do mundo sofre algum tipo de violência durante sua vida.

A violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade e mata mais do que câncer e acidentes de trânsito.

Cerca de 70% das vítimas de assassinato do sexo feminino foram mortas por seus maridos ou companheiros.

A violência contra a mulher produz consequências emocionais devastadoras, muitas vezes irreparáveis, e impactos graves sobre a saúde mental sexual e reprodutiva da mulher.

Mais de 40% das ações violentas resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.

Referencias

- ⇒ [http://www.unfpa.org.br/Arquivos cartilha_direitos_mulher.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/cartilha_direitos_mulher.pdf);
- ⇒ http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/mulher-advogada/cartilha_violencia_contramulher.pdf


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS

Prof. Coordenadores: Rosivaldo Sobrinho Gomes de Sá, Ana Cristina Daxenberger

Grupo: Merlânia Lino
Raphael Cavalcante

Direitos da mulher







Sobre a saúde da mulher certos temas não podem ficar de fora, como o câncer de mama e do colo do útero, mostrando de forma ilustrativa como fazer o auto exame da mama. Outros tipos de doenças também foram discutidas como as DSTs (doenças sexualmente transmissíveis), a exemplo da AIDS. Abaixo segue parte da cartilha sobre saúde da mulher:

A saúde da mulher

A saúde da mulher é algo que deve ser tratado com carinho. E para cada mulher alguns fatores devem ser levados em consideração levando em consideração sua carga hereditária, seu modo de viver, e muito mais, para que a prevenção seja sempre o melhor caminho.

A cada dia aumenta a importância da informação direcionada a mulher para que que haja um conhecimento da importância do cuidado que a mulher tem que ter sobre sua saúde, para uma vida saudável e de prevenção, pois são diagnosticados diariamente em numero muito alto de mulheres com doenças como o câncer de mama, câncer do

O autoexame tem a função de fazer com que a mulher conheça a anatomia de sua mama e, que caso note alguma diferença, procure o médico prontamente. A abordagem mais efetiva para o controle e tratamento continua sendo o rastreamento através do exame preventivo.

Aprenda como fazer o autoexame:



Prevenir é a melhor saída!!!!



RESULTADO E DISCURSÕES

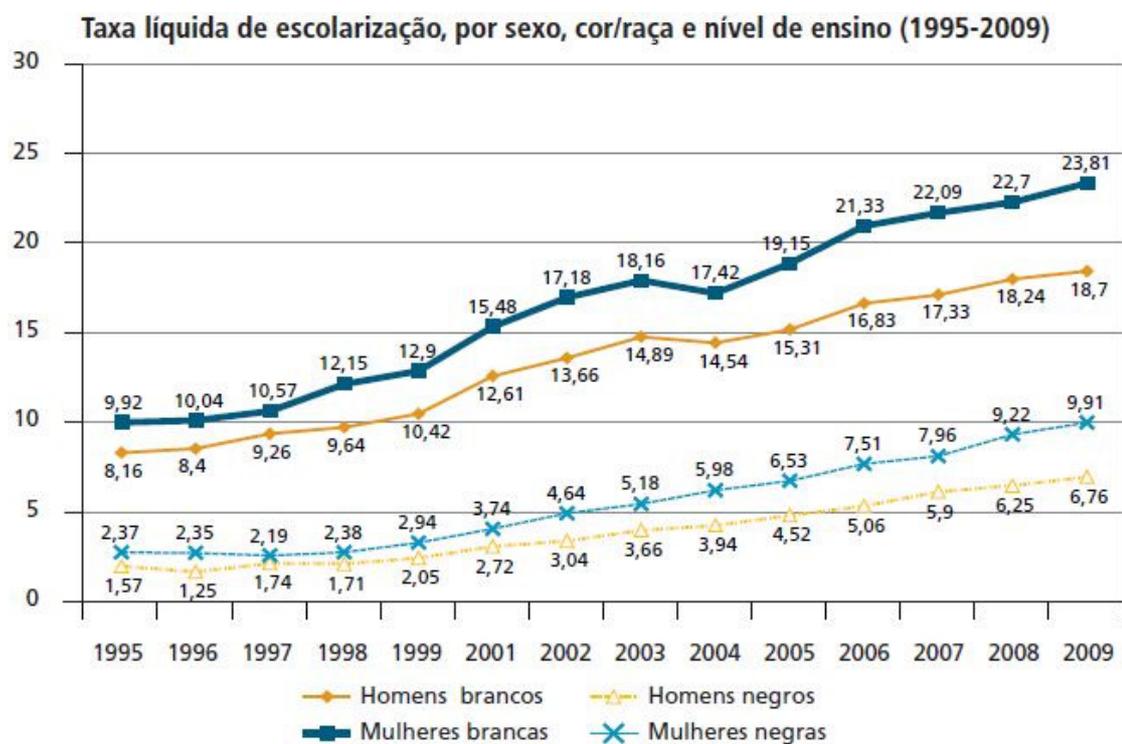
As discursões a seguir estão voltadas a mostrar um panorama da mulher negra na sociedade, buscando compreender os aspectos relacionados com a saúde trabalho educação e direitos da mulher negra. A mulher negra no Brasil tem uma participação efetiva enquanto números. Segundo o IPEA, 2013 através do Dossiê das Mulheres Negras do Brasil mostram que em 2009, do total de mulheres, 50% eram negras e 49,3% eram brancas. No entanto no Brasil ocorre uma situação na qual as desigualdades se organizam através de características de sexo e raça. A desigualdade social está relacionada com diversos aspectos sociais, no acesso a educação, ao trabalho saúde e segurança.

Ascender socialmente é algo muito difícil para a mulher negra, são muitos obstáculos a serem superados. O período escravocrata deixou como herança o pensamento popular, em que, elas só servem para trabalhar como domésticas ou exibindo seus corpos. (CHAGAS,2009).

A ascensão da mulher negra no Brasil não significa superar o homem, pois o agravante da situação é a combinação do sexíssimo com o racismo, nessa situação a mulher negra superar as expectativas sócias está em superar uma sociedade machista e preconceituosa, no qual o homem e mulher de cor branca estão afrente do homem e mulher negra respectivamente. Ainda se tem na sociedade uma forte resistência do machismo, isso se reflete nos dados que demonstram essa desigualdade, mesmo o movimento de mulheres tendo crescido e alcançado várias conquistas, ainda temos um país desigual. O cenário fica ainda mais preocupante quando esse sexíssimo se alia ao racismo, esses dois criam um ambiente totalmente desfavorável, no qual a principal vítima é a mulher negra.

O percentual de mulheres negras que não possuem acesso ao exame ginecológico é 10% superior ao número de mulheres brancas; pesquisa de 2004 revela que 44,5% das mulheres negras não tiveram acesso o exame clínico de mamas, contra 27% das mulheres brancas; entre 2000 e 2004, a infecção por HIV/AIDS subiu de 36% para 42,4% entre as mulheres negras, enquanto na população feminina branca, a incidência de casos diminuiu, no mesmo período.(CHAGAS, 2009).

O fator saúde não está isolado dos demais, como renda e educação, pelo contrário, mulheres que tem a possibilidade de financiar um tratamento, conseqüentemente não aguardarão por vaga no setor público, que atende uma grande quantidade de pessoas, forçando a mulher a adiar algo que não pode ser deixado para depois, como o câncer de mama. A conquista do poder aquisitivo passa por conseguir um trabalho, para tal é necessário formação, para atender um mercado que está cada vez mais exigente. No que diz respeito à formação percebemos que a desigualdade continua, como mostrado no gráfico abaixo, que trata sobre o desenvolvimento de matrículas no ensino superior avaliando sexo e cor/raça.



Dossiê das Mulheres Negras no Brasil, 2013

Neste gráfico é possível perceber que nos últimos quatorze anos houve um crescimento nas matrículas de nível superior. Ao mesmo tempo percebe-se que a desigualdade de sexo e cor seguem um perfil de desigualdade, no qual a mulher negra é vista sempre a margem. As mudanças nesse contexto não significam apenas dar o direito, mas sim possibilitar o acesso, pois além de vencer a dominação de quem está estabelecido é preciso fornecer formas que deem um rumo diferente a visão de futuro que as jovens negras têm. Segundo Bourdieu e Champagne, 1998, p. 223, apud, CORREIA, 2013:

“os alunos “bem-nascidos”, que receberam da família um senso perspicaz de investimento, assim como os exemplos ou conselhos capazes de ampará-lo em caso de incerteza, estão em condições de aplicar seus investimentos no bom momento e no lugar certo; (...) ao contrário, aqueles que são precedentes de famílias desprovidas (...) são obrigados a se submeter a injunções da instituição escolar ou ao acaso (...) e são votados a investir na hora errada e no lugar errado, um capital cultural, no final das contas, extremamente reduzido”

Quando se busca informações que comprove essa característica do capital cultural, percebemos que a situação é bem mais grave do que se esperava. Uma em cada quatro jovens negras brasileiras entre 15 e 24 anos não estuda ou não trabalha - o que corresponde a 25,3% dessa faixa da população. A taxa de mulheres negras que não trabalham ou não estudam é superior a das mulheres jovens em geral (23,1%), dos homens jovens (13,9%) e dos homens negros (18,8%). (OIT, 2012, Eu mulher negra resisto, 2012).Essa herança cultural se faz presente e pode ser facilmente notada em nossa sociedade, devido a marca criada de que a mulher negra está para os fazeres domésticos, e não é se dado o respeito que as mulheres negras merecem, quanto a sua honra e dignidade. Na sociedade pode se perceber uma ligação direta do capital cultural com o financeiro. Nesse aspecto as jovens negras que nascem em famílias de baixa renda tendem a trocar os estudos pelo trabalho, por pressão social, que não dá oportunidade para a jovem negra estudar, forçando a jovem a trabalhar para poder se sustentar.

O acesso aos direitos é comum a todos, no que dispõe os Direitos Humanos diz que “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade*”. Com a evolução dos direitos almejamos a construção de uma sociedade igualitária, porém diferentemente dos direitos o modelo social caminha a passos lentos, preservando uma herança que nada contribui para a igualdade social.

No trabalho desenvolvido na comunidade de Camará os resultados mostram que as mulheres negras tiveram diversas reações ao receberem as cartilhas, algumas tiveram uma barreira para receberem as informações, muitas vezes causada pela falta de interesse, ou o receio de possuir a cartilha, e, ao mesmo tempo, outras receberam para entregar a uma vizinha que precisa das informações contidas nas cartilhas. Uma das mulheres negras da comunidade disse a seguinte frase: “eu não preciso, mas conheço uma vizinha que precisa saber disso, vou levar pra ela”. Dessa forma o trabalho passa não só pelo ato de informar, mas também pela ação de despertar nas mulheres da comunidade a noção do que o racismo e o sexíssimo têm criado na sociedade, pois para muitos o racismo é visto de forma oculta, ou inexistente, mas basta um olhar mais atencioso para percebermos que o racismo está presente nas ações cotidianas.

CONCLUSÃO

Na comunidade negra trabalhada pudemos perceber que as famílias não acessas as políticas públicas como deveriam. Como exemplo podemos destacar um posto saúde e as visitas feitas pelas agentes comunitária de saúde, que seriam aqueles responsáveis por levar a informação nessas comunidades. Essa situação prejudica diretamente a comunidade, principalmente nas condições básicas de saúde.

Voltando o olhar para os direitos da mulher negra percebemos que as políticas públicas ainda estão distantes. Segundo o governo do Estado, na Paraíba existe 9 unidades de delegacia especializada no atendimento a mulher. Sendo as mais próximas da Comunidade Negra de Camará as que estão em Guarabira e Campina Grande, distantes cerca de 55Km e 37Km respectivamente.

Podemos considerar que as ações afirmativas desenvolvidas na comunidade negra de Camará atingiram seu objetivo, que era de levar para as mulheres negras da comunidade informações organizadas de forma didática. O trabalho possibilitou o acesso aos conteúdos relacionados aos seus direitos e boa qualidade de vida, almejando contribuir para minimizar a desigualdade social, que às acompanha ao decorrer da história.

REFERÊNCIAS

CORREIA, 2013 - Transformações No Acesso ao Ensino Superior, Dossiê Mulheres Negras Brasileiro: Algumas Implicações para os Diferentes Grupos de Cor e Sexo. Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2014.

CHAGAS, 2009 – A mulher negra brasileira. Disponível em:

http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/A_mulher_negra_brasileira.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2014.

DAXENBERGER 2012 - Do Reconhecimento da Diferença à Superação da Indiferença: Programa de Inclusão Social e Promoção da Sustentabilidade.

DOSSIÊ MULHERES NEGRAS. Disponível em:

http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em 21 de novembro de 2014.

EU MULHER NEGRA RESISTO, 2012 - Jovens negras têm menos acesso a escola e a trabalho. Disponível em:

<http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2012/07/jovens-negras-tem-menos-acesso-a-escola-e-a-trabalho> . Acesso em 23 de novembro de 2014.

Governo da Paraíba - Delegacias da Mulher na Paraíba investem em atendimento diferenciado. Disponível em:

<http://www.paraiba.pb.gov.br/65406/delegacias-da-mulher-na-paraiba-investem-em-atendimento-diferenciado.html> . Acesso em 23 de novembro de 2014.

GEMAA, 2011. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. "Ações afirmativas". Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html> . Acesso em 24 de novembro de 2014.

Localização das delegacias da mulher na Paraíba. Disponível em:

<https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/busca.php?uf=PB&cod=6>. Acesso em 25 de novembro de 2014.